

## **INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: um ensaio sobre a aplicação da inovação social e aberta por meio de redes colaborativas**

**FERNANDA DOS SANTOS JORGE**

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**TANIA NUNES DA SILVA**

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

### **Resumo**

A resolução dos problemas gerados pela insegurança alimentar e nutricional é um pressuposto para o alcance do desenvolvimento sustentável e, por isso, resulta em um desafio que envolve todos os setores da sociedade civil. Alinhado a esse contexto, nas últimas décadas, a inovação social e aberta vem sendo empregada como ferramenta para gerar soluções que, além de estarem alinhadas com os pressupostos de sustentabilidade, são revestidas para a sociedade como um todo, levando em consideração as esferas ambientais, sociais e econômicas. Este ensaio tem como objetivo discutir, com suporte da lente teórica de redes, a implementação da inovação social e aberta sob a perspectiva das colaborações multissetoriais, em especial com a participação das entidades sem fins lucrativos, dado que os objetivos dessas entidades estão, frequentemente, vinculados com o bem-estar social.

### **Palavras Chave**

insegurança alimentar e nutricional, inovação social, inovação aberta

# **INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: um ensaio sobre a aplicação da inovação social e aberta por meio de redes colaborativas**

## **Resumo**

A resolução dos problemas gerados pela insegurança alimentar e nutricional é um pressuposto para o alcance do desenvolvimento sustentável e, por isso, resulta em um desafio que envolve todos os setores da sociedade civil. Alinhado a esse contexto, nas últimas décadas, a inovação social e aberta vem sendo empregada como ferramenta para gerar soluções que, além de estarem alinhadas com os pressupostos de sustentabilidade, são revestidas para a sociedade como um todo, levando em consideração as esferas ambientais, sociais e econômicas. Este ensaio tem como objetivo discutir, com suporte da lente teórica de redes, a implementação da inovação social e aberta sob a perspectiva das colaborações multissetoriais, em especial com a participação das entidades sem fins lucrativos, dado que os objetivos dessas entidades estão, frequentemente, vinculados com o bem-estar social.

**Palavras-chave:** insegurança alimentar e nutricional, inovação social, inovação aberta.

## **1 Introdução**

O caminho em direção ao desenvolvimento sustentável é repleto de desafios que vão desde a garantia das necessidades básicas, como água, alimento e moradia, até questões de maior complexidade que refletem as consequências das escolhas humanas ao longo da história. A busca por soluções e alternativas perpassa por diferentes áreas de conhecimento e pelo envolvimento de inúmeros atores que impulsionam a combinação de processos tradicionais e modernos e que, ao considerarem as esferas ambiental, econômica e social, criam um ambiente favorável para a inovação orientada para a sustentabilidade (El Bilali, 2018).

A insegurança alimentar e nutricional (IAN) é atualmente um dos maiores entraves para o desenvolvimento sustentável já que vem avançando nos últimos anos, especialmente após a pandemia de Covid-19, chegando à marca de 9,9% da população, ultrapassando o crescimento populacional (Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO], 2021). Por se tratar de um fenômeno com dimensões críticas está atrelado a diversos fatores, tais como mudanças climáticas globais, volatilidade dos preços, desperdício de alimentos, posição social e padrões de consumo (Ericksen *et al.*, 2009; Belik *et al.*, 2012; Schneider 2013; Mason-D'Croz *et al.*, 2019; FAO, 2021). Dessa forma, nota-se que as questões relacionadas à IAN não só estão diretamente ligadas às do desenvolvimento sustentável, como também reivindicam por soluções inovadoras e que considerem os três pilares de sustentabilidade (social, ambiental e econômico).

Nesse contexto, destaca-se a inovação social como uma ferramenta capaz de gerar soluções socialmente transformadoras, sustentáveis e eficientes que beneficiem a sociedade como um todo e proporcionem a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e comunidades, criando condições para um futuro mais promissor (Phills *et al.*, 2008; Pol & Ville, 2009). A inovação social, por definição, vai além dos avanços científicos e tecnológicos que focam apenas na lucratividade (Phills *et al.*, 2008; Pol & Ville, 2009) e, por essa razão, pode contribuir no processo de transformação dos sistemas alimentares, oportunizando que até mesmo os indivíduos mais vulneráveis tenham acesso a uma dieta saudável (FAO, 2021).

Outro ponto a ser destacado é que a inovação social e orientada à sustentabilidade implica, por consequência, na integração e interação de uma ampla gama de partes interessadas, que podem incluir desde comunidades locais, empresas, Estado e organizações não governamentais (Hansen & Große-Dunker, 2013). Nesse sentido,

Taylor e Doerfel (2021), defendem que as relações e interação que surgem em grupos compostos por agentes diversos promovem uma sinergia capaz de ampliar o alcance e eficácia das ações individuais de cada componente.

Esse modelo de colaboração e parceria gera o que chamamos de inovação aberta, pois promove a cocriação entre diversos setores e esferas, combinando competências externas e internas e usando diferentes ferramentas (Arnold, 2017). Conforme destaca El Bilali (2018), a inovação aberta consiste em uma abordagem que oportuniza a disseminação do conhecimento ante às partes interessadas, tornando-o mais amplo e, conseqüentemente, viabilizando o processo de inovação na resolução dos problemas atuais das sociedades. Ademais, ressalta-se que esse conceito está alinhado aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), postulado pelas Nações Unidas em 2015, que ressaltam a importância da formação de parcerias e colaborações para o atingimento das metas previstas (Han & Kang, 2021; Sanzo-Pérez & Álvarez-González, 2022).

Dado o atual momento, em que enfrentamos globalmente uma série de desafios sociais e ambientais, Hang e Kang (2021) observam que a maioria das intervenções internacionais de desenvolvimento, que visam resolver problemas relacionados à pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas, são implementadas por meio de redes colaborativas formada por diversos participantes, incluindo Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFLs). Essas redes agem coletivamente por meio de mecanismos e estruturas formais e informais, criados para atender a comunidades específicas, oferecendo bens ou serviços públicos, favorecendo a melhoria da segurança alimentar a partir da geração de capital social (Biggeri *et al.*, 2022).

Levando em conta que as metas da ODS-2, que visa acabar com a fome, estão claramente interligadas aos demais ODS, na medida que envolve questões ambientais, medidas de saúde e fatores socioeconômicos, decorrentes de uma abordagem global dos sistemas alimentares que as tornam inerentemente interdisciplinar (Saccone & Vallino, 2022; Blesh *et al.*, 2019) e, ainda, que das oito metas estabelecidas, cinco estão diretamente associadas à segurança alimentar e agricultura sustentável (Gil *et al.*, 2019), argumenta-se nesse ensaio **que as redes colaborativas que se utilizam de estratégias de inovação social aberta têm o potencial de discutir, propor e gerar soluções sustentáveis para o enfrentamento da fome.** Assim, considerando o aumento expressivo nos índices de IAN, a complexidade inerente aos sistemas alimentares e às causas da fome, os diferentes atores envolvidos no processo de proposição de soluções e a urgência em se fazer cumprir os objetivos estabelecidos pela Agenda 2030, pretende-se utilizar como lente teórica a Teoria de Redes (Granovetter, 1973) para analisar o potencial das colaborações multissetoriais que, a partir da interação em rede e com objetivos coletivos definidos, podem compartilhar conhecimentos e recursos e desenvolver estratégias para o enfrentamento de problemas sociais (Pinto & Junqueira, 2009).

Essa teoria examina como se dão as relações sociais entre as pessoas ou organizações e quais as possíveis implicações dessa relação em termos de compartilhamento de informações, estruturas sociais e desenvolvimento de confiança (Granovetter, 1973). Alinhado aos preceitos dessa teoria, Bittencourt (2008) defende que a construção democrática de grupos, locais e globais, de organizações ou pessoas, agrupam recursos em torno de objetivos comuns e oferecem um ambiente favorável para inovação, o que pode ser a base para o desenvolvimento sustentável na sociedade moderna. Nessa perspectiva, enquanto Silva *et al.* (2015) julgam que existe uma lacuna de pesquisa que contemple a atuação das redes de organizações na temática das questões sustentáveis, Henry e Vollan (2014) defendem que, apesar da literatura sobre essa temática ser vasta, ainda há um longo caminho a ser percorrido em termos de desenvolvimento teórico.

Uma vez que a inovação aberta é um método colaborativo onde ocorrem trocas de conhecimento entre os agentes, Henry e Vollan (2014) argumentam que, no contexto dos problemas de desenvolvimento sustentável, a aplicação dos conceitos de rede são relevantes para atacar desafios como vincular conhecimento com a ação, dar condições para a ação coletiva e incentivar a aprendizagem social. Nesse sentido, a partir da premissa de Smith *et al.* (2010, p. 437, tradução nossa) que consideram que “o desafio para a inovação não está mais apenas no potencial econômico, mas também nas mudanças sociais induzidas pela atividade inovadora e suas consequências para a sustentabilidade ambiental e social”, pretende-se argumentar a favor da aplicação da inovação social e aberta a partir da formação de redes interessadas em atuar no cumprimento das metas da ODS-2, visando discorrer sobre como as parcerias multissetoriais, inclusive com ESFs, podem impulsionar esse processo da inovação aberta no contexto do combate à IAN.

## **2 Insegurança alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento sustentável**

O conceito mais amplamente aceito e conhecido de desenvolvimento sustentável teve origem na década de 1980, quando a World Commission on Environment and Development (WCED) publicou o Relatório de Brundtland (Dobson, 1996; Kates *et al.*, 2005; Vizeu *et al.* 2012; Adams *et al.*, 2016). No cerne desse conceito estão quatro principais eixos: i) planejamento holístico e formulação de estratégias; ii) preservação dos processos ecológicos; iii) proteção do patrimônio e da biodiversidade e; iv) desenvolvimento que pode ser sustentado por anos futuros (WCED, 1987). Dessa forma nasceu a definição que alcançou o *status* de autoridade globalmente (Dobson, 1996) “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.41, tradução nossa).

Mesmo sendo inegável o alcance e popularidade que tal conceito obteve, ao longo das últimas décadas e até os dias de hoje ainda é alvo de muitas críticas e questionamentos por parte de estudiosos de diversas áreas, mas em especial os que pesquisam a temática do desenvolvimento sustentável (Fergus & Rowney, 2005; Marshall & Toffel, 2005; Vizeu *et al.* 2012; Muck *et al.*, 2012; Fuchs, 2017). Nesse sentido, Fergus e Rowney (2005) avaliam que nos últimos anos o desenvolvimento sustentável passou a ser medido apenas pelo crescimento econômico, que apesar de criarem benefícios para a sociedade, ao obterem *status* de relevância em conjunto com procedimentos e estruturas políticas, retira o foco do debate inclusivo sobre como devemos proceder para alcançá-lo. Outra mudança que se percebe ao longo dos anos é de que nos discursos sobre sustentabilidade ocorreu uma mudança do foco, passando a ser debatido, além das questões ecológicas, também questões sociais, já que os problemas gerados pela insustentabilidade tendem a afetar aqueles com menor poder aquisitivo na sociedade (Fuchs, 2017).

Há um consenso, portanto, que os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” tornaram-se paradigmas amplos, em constante evolução e com diferentes pontos de vista, os quais ganharam notoriedade global em 1992 na Cúpula da Terra patrocinada pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro (Fergus & Rowney, 2005; Marshall & Toffel, 2005; Davies, 2013). Da mesma forma, observa-se que o problema da fome sempre ocupou lugar de destaque nas iniciativas de desenvolvimento sustentável desde então. Por exemplo, os Objetivos do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000 pela Organização das Nações Unidas, que propunha a erradicação da extrema pobreza e da fome como meta número 1 (Nações Unidas, 2015, Mason-D'Croz *et al.*, 2019). Os resultados positivos alcançados pelos ODM e outras iniciativas forneceram as bases para em 2015, as Nações Unidas em conjunto com os países membros, formulassem um novo conjunto de objetivos e metas, os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que visa integrar e equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável e orientar

globalmente as ações e esforços de todos os países na busca por um mundo melhor, até 2030 (Nações Unidas, 2015; Gil *et al.*, 2019; Mason-D'Croz *et al.*, 2019).

O ODS 2 que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, focando em dobrar a produtividade agrícola, melhorar a renda dos pequenos agricultores, garantir sistemas sustentáveis de produção e garantir o acesso a alimentos, em particular dos pobres e pessoas em situações vulneráveis (Nações Unidas, 2015), tem em seu conjunto de metas questões diretamente vinculadas com a segurança alimentar e nutricional (Gil *et al.*, 2019), bem como valida a complexidade do problema da fome ao demonstrar as inter-relações com outras temáticas de sustentabilidade como mudança climática, restrição de recursos, população crescente e demanda por alimentos nutritivos (Mason-D'Croz *et al.*, 2019).

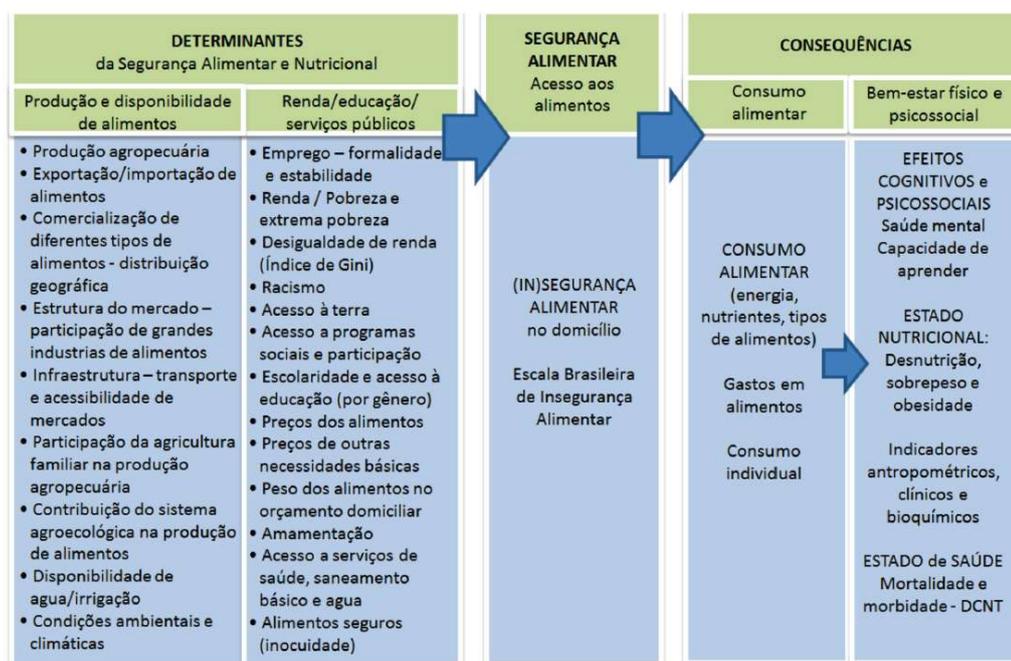
Essas inter-relações, de acordo com Ericksen *et al.* (2009), podem ser observadas no conjunto de atividades que compõem os sistemas alimentares atuais, os quais: (i) produção de alimentos; (ii) processamento de alimentos; (iii) embalagem e distribuição de alimentos; e (iv) varejo e consumo de alimentos. Em todas essas etapas é possível traçar um paralelo entre os processos envolvidos e práticas de sustentabilidade, o que comprova que não se pode pensar em soluções para a erradicação da fome sem aplicar as lentes do desenvolvimento sustentável. Considerando essa perspectiva, a FAO (2021) postula que um sistema alimentar sustentável deve oferecer segurança alimentar e nutricional para todos de tal forma que as bases econômicas, sociais e ambientais para gerar segurança alimentar e nutrição para as gerações futuras não sejam comprometidas.

Em consonância, no Brasil, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei No. 11.346 de 15 de setembro de 2006 - LOSAN), inclui em seu conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) os aspectos relacionados aos costumes e tradições regionais, e determina que a SAN se dá pela “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

Entende-se, portanto, que para se atingir a segurança alimentar e nutricional (SAN) é necessário que todas as pessoas, a qualquer momento, tenham acesso físico, social e econômico a quantidade de alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para, então, poderem desfrutar de uma vida ativa e saudável. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2021). Resumidamente, o fenômeno da IAN envolve aspectos relacionados à disponibilidade, qualidade e quantidade dos alimentos.

Todavia, o que se constata na atualidade é que, num cenário global e especialmente após a instauração da crise econômica causada pela pandemia de COVID-19 e as consequentes restrições de mobilidade, não se está progredindo para o atingimento da ODS-2 (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2021). No Brasil, dados do último relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2022 reportam que 61,3 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou severa em 2020 (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2022). Em 2015, a FAO-Brasil (2015) fez um levantamento dos determinantes de IAN e suas consequências, a Figura 1 demonstra os fatores elencados e os possíveis efeitos em termo de bem-estar físico e psicossocial.

**Figura 1.** Determinantes de IAN e suas consequências.  
Fonte: FAO-Brasil (2015).



Como pode ser observado, a fome é um problema complexo, vinculado a uma série de fatores e, conforme destacam Ericksen *et al.* (2009), o foco das pesquisas que vinculam segurança alimentar com sustentabilidade, comumente, se concentram nas mudanças climáticas na produção de alimentos ou no impacto da agricultura no ambiente e, embora, esses fatores sejam extremamente relevantes, há muitos outros aspectos que também precisam ser considerados para entender a segurança alimentar, como governança dos sistemas alimentares, condição social e estrutura de mercado, por exemplo. Compreender os determinantes da insegurança alimentar permite a implementação de abordagens direcionadas, especialmente após um período de forte crise, como o que estamos vivenciando atualmente por conta da pandemia de COVID-19 (Nelson *et al.*, 2022). Considerando esse cenário, diversos estudos foram elaborados buscando analisar os múltiplos aspectos, condições e métodos relacionados com o cumprimento das metas do ODS-2.

Ao revisarem a literatura em busca de caminhos para o cumprimento do ODS-2, Blesh *et al.* (2019) verificaram que os estudiosos que defendem o aumento da produção agrícola como solução para a segurança alimentar irão concentrar suas propostas apenas em inovações tecnológicas aplicadas à agricultura industrial, tais como agricultura de precisão e modificação genética, sem levar em conta outros aspectos como excedente de calorias per capita, desperdício de alimentos, pobreza e acesso desigual. Dessa forma, os autores concluem, a concentração em uma perspectiva produtorista deixa de avaliar os mecanismos ecológicos dos diferentes sistemas de produção, desassociando as propostas dos pressupostos de desenvolvimento sustentável. Para os autores, o ODS 2 reflete as crises globais ambientais, problemas de saúde pública e equidade social e a ação coletiva é necessária para lidar com esses problemas que compõem o atual sistema alimentar.

Em contraponto, numa análise regional, Mason-D'Croz *et al.* (2019) defendem a necessidade de investimentos para aumento da produtividade agrícola na África como sendo essencial para o alcance da ODS-2. Os autores se debruçaram sobre dados econômicos e sociais para analisar cenários relacionados a investimentos, renda e riscos ambientais, identificando, dentre outros resultados, que as mudanças climáticas reduzem o potencial de crescimento da produtividade agrícola e que a combinação entre o crescimento populacional, aumento da renda e alterações climáticas provavelmente aumentarão os preços dos alimentos, impactando a acessibilidade e disponibilidade destes. A conclusão dos autores é que mudanças na renda média, preços e disponibilidade

de alimentos são fatores relevantes para redução global dos índices de IAN, mas ainda assim deixarão de fora parte da população. Ainda, afirmam que apesar dos investimentos no setor agrícola serem essenciais, serão necessários esforços em outros setores como saúde e educação para enfrentar o problema da fome.

O estudo de Gil *et al.* (2019) se concentrou em identificar indicadores objetivos e universalmente aplicáveis ao ODS-2. Assim, os autores revisaram os indicadores existentes analisando cada meta da ODS-2 e propuseram melhorias para facilitar a operacionalização a partir da aplicação prática na Nigéria, Brasil e Holanda. Como resultado, verificaram a necessidade de políticas integradas e oportunidades para alavancar o cumprimento do ODS-2 globalmente. Também concluíram que o conjunto de indicadores proposto pela ONU não é universalmente aplicável e por isso requer ajustes. Por fim, ressaltam a importância de ter dados globais e locais confiáveis por conta da diversidade territorial, posto que as metas não têm o mesmo grau de prioridade em todos os países.

Os impactos do primeiro ano da pandemia de COVID-19 na IAN foram analisados na pesquisa de Nelson *et al.* (2022), que utilizaram dados de uma base americana com mais de 50 mil participantes. O estudo identificou que a pandemia agravou os problemas já documentados como causadores da IAN. Fatores como, características sociodemográficas, como menor escolaridade, domicílio com filhos, desemprego e a falta de acesso geográfico a alimentos saudáveis, foram determinantes da insegurança alimentar naquele país. Conforme concluíram os autores, a identificação dos determinantes, inclusive em nível regional, é relevante porque permitem intervenções em diversos níveis, incluindo programas individualizados, esforços comunitários e políticas nacionais.

O que todos esses estudos têm em comum é o fato de demonstrar a complexidade dos problemas gerados pela IAN, uma vez que dependem de uma série de condições que se conectam de diferentes formas e afetam as pessoas em diferentes níveis que vão desde as condições locais e até circunstâncias globais. Esse cenário “amplifica a necessidade de proporcionar às populações vulneráveis e historicamente marginalizadas maior acesso a recursos produtivos, tecnologia e inovação para capacitá-los a se tornarem agentes de mudança para sistemas alimentares mais equitativos e sustentáveis” (FAO, 2021, p.85, tradução nossa). Diante do exposto, compreende-se de que evoluir no atingimento das metas da ODS-2, reduzindo de forma considerável os índices de IAN no mundo todo, mas especialmente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, é a base para atingirmos o desenvolvimento sustentável e as demais metas da Agenda 2030.

### **3 A inovação social aberta e sua aplicabilidade na busca por soluções para IAN**

O conceito de inovação normalmente está vinculado com sua aplicação no meio empresarial, ou seja, a criação de novas ideias ou melhoria de algo já existente com a intenção de ganho econômico (Pol & Ville, 2009). Esse paradigma está fortemente associado à ideia de um dos grandes estudiosos de inovação, o economista e cientista político Joseph Schumpeter (1912), que afirmou ser a inovação o motor do desenvolvimento econômico. Também é geralmente aceito que a inovação no meio empresarial pode ser dividida em inovações tecnológicas, aplicável em produtos ou processos novos ou melhorados; e inovações organizacionais, quando refletem em mudanças nas estratégias, estruturas ou rotinas da empresa (Pol & Ville, 2009).

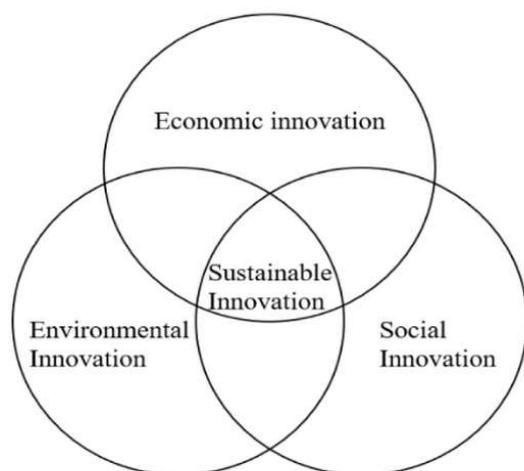
Embora tradicionalmente a inovação carregue em seu histórico um vínculo direto com a tecnologia e o incremento econômico, quando aplicada ao contexto social e de sustentabilidade, precisa necessariamente considerar as três esferas de desenvolvimento sustentável, na medida em que propõe mudanças de comportamento, práticas, negócios,

modelos e sistemas (Phills *et al.*, 2008; Smith *et al.*, 2010; Hansen & Große-Dunker, 2013). Dessa forma, importa ressaltar que a inovação por si só pode ser aplicada para solucionar problemas sociais, mas a diferença entre a inovação tradicional e a chamada inovação social é que esta última estará necessariamente voltada para atender a sociedade como um todo e não apenas a um grupo específico de indivíduos (Phills *et al.*, 2008).

Embora tenhamos registros do uso do termo “inovação social” no final do século XIX (Ayob *et al.*, 2016), o conceito só passou a ser utilizado da forma que conhecemos atualmente a partir dos anos 90, por conta da ascensão das discussões acerca dos problemas socioeconômicos enfrentados pela sociedade (Morais-da-Silva *et al.*, 2020). A inovação social (IS) portanto, pode ser definida a partir de seus objetivos; quando pretende atender a uma necessidade social atual relevante, pelo seus meios; quando as atividades de inovação são desenvolvidas a partir de um processo colaborativo que envolve *stakeholders* relevantes, pela sua orientação de longo prazo; ao focar na utilização sustentável dos recursos e das gerações futuras e, finalmente, pelo seu impacto e resultado final; quando reflete mudanças nas práticas e comportamentos sociais, resultando, em última análise, em uma mudança sistêmica (Sanzo-Pérez & Álvarez-González, 2022).

Consequentemente, a inovação está vinculada ao desenvolvimento sustentável, formando um elo importante na busca pelo progresso ambiental, econômico e social, conforme pode ser observado na Figura 2, que ilustra as principais dimensões da inovação sustentável e como estão interligadas e se sobrepõem.

**Figura 2.** Dimensões da inovação.  
Fonte: Ahmadi *et al.* (2022).



Dessa forma, observa-se que não só o conceito de inovação se ampliou nas últimas décadas, agregando novos desafios sociais e ambientais, que se entrelaçam e sobrepõem com o potencial econômico (Smith *et al.*, 2010); como também houve um crescente em pesquisas sobre inovação social, o que denota a relevância do tema (Ahmadi *et al.*, 2010; Bataglin *et al.*, 2021).

Por conseguinte, por conta do seu caráter agregador e democrático, a inovação social possui um *modus operandi* que valoriza a participação e colaboração de diversos agentes que se conectam em prol de um objetivo comum. Nessa perspectiva, a relação entre inovação e sustentabilidade pode ser analisada sob dois pontos de vistas; “a inovação como impulsionadora da sustentabilidade (papel da inovação no alcance do desenvolvimento sustentável) ou a sustentabilidade como impulsionadora da inovação

(sustentabilidade como novo paradigma e conceito orientador para a inovação” (El Bilali, 2018, p.204, tradução nossa).

Essa nova forma de pensar a inovação surge numa conjuntura em que se discute a relação entre crescimento econômico e o desenvolvimento socioambiental e os esforços e tentativas para encontrar soluções para as questões mais complexas e urgentes da sociedade atual, como a desigualdade social, a redução de pobreza, e as alterações climáticas (Bataglin *et al.*, 2021). Ainda, Cajaíba-Santana (2014) agrega ao conceito defender que a inovação social tem por base as ações coletivas intencionais e orientadas para transformações sociais, que se desenrolam em determinados sistemas sociais. Nesse sentido, quando o objetivo central do processo de inovação tem como foco a coletividade, faz sentido que seja implementado por meio da haja colaboração entre diversos agentes, ou seja, por meio da inovação aberta.

Enquanto a inovação fechada está baseada em estruturas verticais, onde o desenvolvimento ocorre de forma fechada em uma determinada estrutura organizacional e, somente ao final, é apresentado às partes interessadas externas, a inovação aberta é o oposto, ou seja, está baseada na cooperação e no compartilhamento de conhecimento (El Bilali, 2018; Chesbrough, 2006). Arnold (2017) observa que esse modelo de inovação está baseado nas necessidades de comunidades e atividades de cocriação, um processo que se utiliza de diversas ferramentas para combinar competências externas e internas no processo de inovação. Enquanto Abhari e McGuckin (2022) contribuem ao afirmar que a inovação aberta se dá por um processo baseado em fluxos de conhecimento gerenciados intencionalmente que ultrapassa as fronteiras organizacionais, podendo ser implementada de forma recíproca para acelerar a inovação interna com base no uso de conhecimento externo ou apoiar a inovação externa com base no uso de conhecimento interno. Ademais, as características da inovação aberta superam algumas das barreiras dos modelos tradicionais de inovação fechada, que muitas vezes são limitados por recursos, conhecimento, riscos e visão estratégica (Allal-Chérif *et al.*, 2022).

Essas concepções de inovação apresentadas por diversos autores refletem e evocam uma mudança em nossa percepção de como a inovação pode beneficiar a sociedade. O modelo social e aberto fundamenta-se nas necessidades dos indivíduos e promove atividades de cocriação, o que pode ser facilmente aplicado na pesquisa e desenvolvimento de soluções dos problemas relacionados à IAN. Para melhor entendimento, a Figura 3 apresenta uma síntese dos principais elementos que diferenciam, conceitual e empiricamente, a inovação tradicional e a inovação social, de acordo com diversos autores:

**Figura 3.** Principais elementos que diferenciam a inovação tradicional e a inovação social. Fonte: elaborado pela autora (2022).

<b>Perspectiva</b>	<b>Inovação tradicional</b>	<b>Inovação social</b>	<b>Fontes</b>
Aplicação	Melhoria de um produto, processo ou serviço.	Questões sociais, bem-estar dos indivíduos e da coletividade.	Schumpeter (1912); The Young Foundation (2012); Phills, 2008; Pol e Ville (2009); Cajaíba-Santana (2014); El Bilali (2018); Smith <i>et al.</i> , 2010; Bataglin <i>et al.</i> , 2021.
Propósito	Foco no avanço tecnológico e incremento dos lucros.	Social e sustentável, que pode ou não ocorrer a partir do avanço tecnológico.	
Beneficiados	Grupo específico ou privado.	Sociedade como um todo.	
Impacto social	Não é requerido.	É necessariamente requerido.	
Impacto no desenvolvimento sustentável	Aborda apenas o pilar econômico.	Aborda apenas os três pilares de sustentabilidade: social, econômico e ambiental.	
Criação de valor	Econômico, podendo ou não agregar valor social.	A criação de valor social é um pressuposto do modelo, assim a busca adicionar as dimensões social e ambiental à econômica.	

Processo pelo qual ocorre	Fechado.	Colaborativo através da formação de redes e laços de diferentes esferas da sociedade que buscam um objetivo comum	
---------------------------	----------	---	--

Conforme se observa na Figura 4, além do diferencial em termos de propósito, beneficiados e outros, a forma pela qual ocorre o processo de inovação social é uma das principais características que diferencia a inovação social da tradicional. Por estar focada no interesse coletivo, é natural que ocorra a partir de um processo coordenado pela ação de diversos agentes, ou seja, em um ambiente colaborativo (Hulgard & Ferrarini, 2010). Assim, a inovação social e aberta está fortemente vinculada com o conceito de cooperação e parcerias multissetoriais que, conforme consta na meta 17.16 dos ODS, “mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável” (Nações Unidas, 2015).

Em relação aos ambientes em que uma inovação social pode ser desenvolvida, as organizações sem fins lucrativos são citadas pela sua proximidade com a questão social (Phills *et al.* 2008; Jaskyte, 2011; Groot & Dankbaar, 2014;). Uma vez que essas instituições fazem parte da iniciativa privada, mas são criadas e geridas a partir da participação voluntária de grupos com interesses mútuos, a flexibilidade em termos de estrutura organizacional pode ser uma oportunidade para o estabelecimento de parcerias para a resolução de problemas complexos, como a IAN. Dessa forma, ainda que a literatura atual sobre inovação em ESFLs seja escassa (Jaskyte, 2011), nota-se um crescente nas interações entre os setores com fins lucrativos, públicos e sem fins lucrativos (Sanzo-Pérez & Álvarez-González, 2022).

Partindo da premissa que o setor público tem interesse na formação de parcerias para conduzir o desenvolvimento de redes em comunidades e aumentar a sua capacidade de resolução de adversidades sociais (Chen & Graddy, 2010; Nações Unidas, 2015), as ESFLs constituem uma alternativa viável pelo seu knowhow advindo de extensas informações e experiências com o trabalho focado na prestação de serviços coletivos e sua acessibilidade à comunidades locais. Para Hege e Demailly (2018), a mobilização das ESFLs é necessária para garantir que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam implementados, pois podem materializar as metas estipuladas nos ODS por meio de ações específicas em nível nacional. À vista disso e, entendendo a necessidade de buscar a inovação cujo o propósito esteja relacionado às mudanças sociais e não somente a retornos econômico-financeiro (Bataglin *et al.*, 2021), entende-se, então, que existe um potencial inovativo a ser explorado em instituições sem fins lucrativos que pode ser explorado a partir da construção da interação entre este setor da economia com os demais.

Essa tendência é confirmada pela pesquisa realizada pelo Instituto GIFE (2021), que levantou dados sobre o investimento social privado dos seus associados. De acordo com a pesquisa, a capacidade de inovação está entre os critérios mais relevantes para selecionar as entidades para aplicação de recursos, bem como para decidir se uma determinada iniciativa deve ser avaliada (GIFE, 2021). Outros dois dados são significativos na pesquisa; primeiro se verificou que mais de 70% das entidades participantes do estudo consideram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência para muitas dessas iniciativas, segundo, observou-se um aumento na atuação relacionada ao ODS-2, que trata da erradicação da fome (GIFE, 2021).

Considerando o exposto e partindo da premissa que a inovação social aberta consiste em um processo associado à convergência de conhecimentos complementares, processos de interação e mecanismos de apoio, considera-se então que as ESFLs possuem tanto interesse quanto atributos que lhes qualificam como atores relevantes em

cooperações que visem trabalhar na busca de alternativas que mitiguem os impactos da IAN.

#### **4 Teoria de Redes como perspectiva de análise da ação coletiva em prol da ODS-2**

A teoria de redes, também conhecida como teoria das redes sociais surgiu no campo social e vem sendo empregada para analisar os processos que envolvem as interações entre atores, que podem ser pessoas, organizações, meio ambiente etc, e seus relacionamentos. Segundo Lopes e Baldi (2009), a origem dos estudos de redes é relatada de forma distinta pela academia, o que reflete a diversidade de pesquisas que se utilizam dessa teoria como perspectiva de análise. A partir do entendimento de Granovetter (1973), uma rede pode ser definida por um conjunto de nós (também representados por agentes ou atores) que se conectam por um conjunto de laços (Henry & Vollan, 2014). Logo, do ponto de vista das cooperações organizacionais, podemos descrever como um conjunto de instituições (privadas, públicas, formais ou informais) que mantêm relações para o desenvolvimento de algum tipo de atividade comum, o que será chamado de laços.

Nesse sentido, Bittencourt (2008) defende que a sociedade moderna, moldada pela multiplicação e da intensificação das relações, ampliação do conhecimento e avanço tecnológico, servem de base para o desenvolvimento sustentável, já que os nós podem surgir da criação de laços entre organizações, pessoas e grupos, globais ou locais, que irão somar competências e habilidades para fortalecer a ação em prol de propósitos coletivos. Desse modo, a análise dessas redes sociais permitirá explorar as nuances presentes nas relações entre esses indivíduos, grupos ou organizações, em uma determinada sociedade ou contexto (Pinto & Junqueira, 2009).

A esse respeito, Quandt (2012, p.145) salienta que “as abordagens contemporâneas reconhecem a crescente importância de redes estratégicas com formatos e alcances variados” as quais irão aproximar uma série de partes interessadas, para além do seu território ou setor, com vias a atingir uma mesma finalidade. Logo, no tocante ao emprego do conceito de redes, Lopes e Baldi (2009), defendem que podemos empregá-lo de forma analítica ou prescritiva. Para os autores, numa perspectiva de estrutura de governança, podemos compará-la com outras estruturas, as quais irão afetar a configuração das atividades das empresas para atingir objetivos como maximização de lucros, redução de custos de transação ou acesso a um determinado nicho de mercado. Enquanto que, numa perspectiva de análise, o conceito de redes nos permitirá o exame sobre como se dão os processos de formação de uma rede, como ocorre o seu desenvolvimento e, principalmente, quais os impactos e resultados que poderão produzir. No escopo da temática que este ensaio propõe argumentar, é esta última perspectiva que se pretende abordar.

No que se refere à formação de uma rede, observa-se que elas podem ser criadas a partir de dois mecanismos; voluntariamente, ocorrendo numa estrutura de “baixo para cima, ou seja, geradas pela sociedade civil - indivíduos, cidadãos, grupos comunitários e similares ou; a partir de uma determinação emitida por um terceiro externo, isto é, imposta (Segato & Raab, 2019). Assim, na medida em que a Agenda 2030 estimula a formação de parcerias para mobilização de recursos em prol de suas metas, as ESFLs emergem enquanto agentes de mudança, ocupando uma posição estratégica na concretização dos ODSs (Escudero, 2020; Han & Kang, 2021), já que, para além das iniciativas espontâneas, essas entidades frequentemente são consideradas pelo setor público como aliadas na implementação e fornecimento de serviços sociais e públicos às comunidades (Gazley, 2008; Chen & Graddy, 2010; Henry & Vollan, 2014; Uster *et al.*, 2019).

Henry & Vollan, 2014 ressaltam que devido à complexidade inerente à implementação de soluções para os problemas do desenvolvimento sustentável, tem sido frequente a abordagem colaborativa, no sentido de reunir todos os setores da economia

(público, privado e entidades sem fins lucrativos). Assim, conforme destaca Pinto e Junqueira (2009, p. 1092) “ a rede é uma metáfora, mas também uma realidade operativa, de construtos mentais, que permite o entendimento da realidade social e a superação dos problemas sociais que incidem sobre os diferentes atores sociais que a compõem. ” Desse modo, a colaboração proporciona a soma de talentos, conhecimento e recursos em torno de objetivos comuns, podendo ocorrer tanto em âmbito local quanto global, fortalecendo a ação de todos (Bittencourt, 2008).

Alinhado a esse entendimento, Henry e Vollan (2014) argumentam que, a depender da forma como esses nós e laços estão definidos e interagem, as redes têm a capacidade de contribuir para o processo de conhecimento e aprendizagem das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, enquanto que Biggeri *et al.* (2022) consideram que ações integradas que considerem toda ou boa parte da cadeia de valor constituem uma estratégia relevante não só para a alcançar o ODS-2, como também pode afetar diversas outras dimensões da Agenda 2030, como por exemplo, o ODS-16 (Paz, justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis), fortalecendo a ação coletiva.

Considerando o compromisso assumido pelas Nações Unidas em fortalecer e incentivar parcerias, as ESFLs podem tanto assumir o papel central, controlando e coordenando as atividades dos demais membros, quanto fazer parte das atividades como membro auxiliar, gerando fluxos de informação e conhecimento que irão favorecer a inovação social e a proposição de soluções para problemas sociais. A exemplo disso, Sanzo-Pérez e Álvarez-González (2022), que analisaram parcerias entre empresas sociais e organizações sem fins lucrativos, verificaram que a colaboração fornece as condições organizacionais para equilibrar o foco de valor entre o social e o econômico, ampliando a criação de valor na oferta de soluções voltadas para o bem coletivo e com impacto social.

Já a pesquisa de Hang e Kang (2021) explorou as condições causais da eficácia da rede em 37 projetos internacionais de desenvolvimento implementados por ESFLs. Dentre os achados, os autores enfatizam a importância do relacionamento confiável entre os parceiros e do compartilhamento de recursos. Verificou-se que mesmo nos casos em que a gestão e o nível de integração dos atores foi desfavorável, a eficácia da rede é alcançada quando a capacidade local é elevada, ou seja, agentes locais engenhosos e comprometidos são essenciais para o êxito da rede. Esse achado corrobora com a concepção de Henry e Vollan (2014), que afirmam que, devido à complexidade dos problemas do desenvolvimento sustentável, as soluções nem sempre serão aplicáveis em grande escala, pois dependem dos contextos locais, logo, é comum enfrentamos dificuldades em combinar o conhecimento que temos com as ações apropriadas para cada problema, pois o problema está vinculado a um determinado ambiente.

Como se observa há muitas nuances, condições e indagações a serem exploradas na temática de redes aplicadas à geração de inovação social no enfrentamento de problemas sociais. A diversidade de fatores que integram e influenciam o problema de insegurança alimentar, a tornam um tema multifacetado (Nelson *et al.*, 2022), o que justifica uma abordagem de rede para compreender as atividades de cooperação e formação, verificando entre outros aspectos, o contexto social nos quais se desenvolvem, o papel de cada agente envolvido na ação, suas motivações e o seus processos de compartilhamento de recursos.

## **5 Considerações Finais**

O argumento a que este ensaio se propôs a discutir é de que a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é um fenômeno que compreende uma série de fatores sociais, ambientais e econômicos e, por essa razão, a inovação social aberta constitui um

instrumento com potencial para, a partir de redes colaborativas multissetoriais, discutir, propor e gerar soluções alinhadas com os propósitos do ODS-2. Considerando que a inovação social representa um modelo de atuação mais amplo e que beneficia a sociedade como um todo, entende-se que, assim como em qualquer outro tipo de inovação, torna-se crucial estimular a absorção de ideias, conhecimento e recursos de fontes variadas para que se possa gerar novas soluções (The Young Foundation, 2012).

Neste sentido promover a cooperação entre entidades sem fins lucrativos e os demais setores da sociedade civil poderá oportunizar um ambiente produtivo tanto para discussão quanto para a proposição de estratégias de combate à IAN que estejam alinhadas aos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Em consonância a esse contexto, reconhece-se que o uso do conceito de rede como perspectiva de análise, permitirá alcançar uma melhor compreensão do processo de formação dessas parcerias, os fatores que influenciam o seu desenvolvimento e os resultados que poderá produzir (Lopes & Baldi, 2009).

A partir dos estudos citados, evidenciou-se que a segurança alimentar e nutricional constitui uma premissa básica para o alcance do desenvolvimento sustentável, uma vez que o acesso à alimentação é uma das necessidades básicas para sobrevivência do ser humano, o que denota a relevância do tema. Espera-se que os argumentos apresentados no decorrer deste ensaio sirvam de base para o estímulo de estudos futuros a respeito do tema, bem como esclarecem como os temas IAN, inovação social e aberta, redes de colaboração e entidades sem fins lucrativos estão fortemente conectados por meio dos objetivos que fazem parte da Agenda 2030.

Como direcionamento à estudos futuros, sugerem-se pesquisas que busquem compreender empiricamente os limites e desafios da implementação da inovação social e aberta nas organizações, dado que este ainda é um tema pouco estudado (Abhari & McGuckin, 2022). Na temática de redes, estudos que busquem responder aspectos relacionados à definição de critérios para seleção de parceiros locais ideias, ainda são incipientes (Han & Kang, 2021) e podem, além de contribuir com a evolução da teoria, fornecer *insights* valiosos para aos agentes que coordenam essas ações. Ademais, estudos de caso em entidades sem fins lucrativos podem esclarecer como essas entidades se relacionam com outros atores no processo de inovação aberta e qual o papel exercido por essas entidades num contexto de cooperação local ou global.

## Referências

- Abhari, K. & McGuckin, S. (2022). Limiting factors of open innovation organizations: A case of social product development and research agenda. *Technovation*, p.2-17.
- Adams, R., Jeanrenaud, S., Bessant, J., Denyer, D., & Overy, P. (2016). Sustainability-oriented Innovation: A Systematic Review. *International Journal of Management Reviews*, 18(2), p.180-205.
- Ahmadi, H. B. , Lo, H., Pourhejazy, P., Gupta, H., & Liou, J. J.H. (2022). Exploring the mutual influence among the social innovation factors amid the COVID-19 pandemic. *Applied Soft Computing*, 125, p. 1-11.
- Allal-Chérif, O. , Guijarro-Garcia, M. & Ulrich, K. (2022). Fostering sustainable growth in aeronautics: Open social innovation, multifunctional team management, and collaborative governance. *Technological Forecasting and Social Change*, 174, p.1-8.
- Ayob, N., Teasdale, S., Fagan, K. (2016). How Social Innovation “Came to Be”: Tracing the Evolution of a Contested Concept. *Journal of Social Policy*, 1, 1-19.

- Arnold, M. (2017). Fostering sustainability by linking co-creation and relationship management concepts. *Journal of Cleaner Production*, 140, p.179-188.
- Augustin, M.A. & Cole, M.B. (2022). Towards a sustainable food system by design using faba bean protein as an example. *Trends in Food Science & Technology*, 125, p.1-11.
- Bataglin, J., Semprebon, E., Carvalho, A. C., & Porsse, M. (2021). Social Innovation: A Study of International Scientific Publication through Network Analysis. *Brazilian Business Review*, 18(4), p.450-467.
- Belik, W., Cunha, A. R. de A. A., & Costa, L. A. (2012). Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 38, p.107–132.
- Biggeri, M., Carraro, A., Ciani, F. & Romani, D. (2022). Disentangling the impact of a multiple-component project on SDG dimensions: The case of durum wheat value chain development in Oromia (Ethiopia). *World Development*, 153, p.1-25.
- Bittencourt, B. (2008). Dinâmicas sociais contemporâneas: redes, capital social e desenvolvimento sustentável. *e-Cadernos CES [Online]*, 2, p.1-23.
- Blesh, J.; Hoey, L.; Jones, A. D.; Friedmann, H.; & Perfecto, I. (2019). Development pathways toward “zero hunger”. *World Development*. 118, p.1-14.
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, p.42-51.
- Caulier-Grice, J. *et al.* (2012). Defining Social Innovation. In: *The Young Foundation Social Innovation Overview: A deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe”* (TEPSIE), European Commission – 7th Framework Programme. Brussels: DG Research.
- Chen, B. & Graddy, E. A. (2010). The effectiveness of nonprofit lead-organization networks for social service delivery. *Nonprofit Management & Leadership*, 20(4), p.405-422.
- Chesbrough, H. (2003). *Open innovation: the new imperative for creating and profiting from technology*. Boston: Harvard Business School Press.
- Chesbrough, H. (2006). *Open innovation: researching a new paradigm*. Oxônia: Oxford University Press.
- Davies, G. R. (2013). Appraising weak and strong sustainability: searching for a middle ground. *Consilience: The Journal of Sustainable Development*, 10(1), p.111-124.
- Dobson, A. (1986). Environment sustainabilities: an analysis and a typology. *Environmental Politics*, 5(3), p.401-428.
- El Bilali, H. (2018). Relation between innovation and sustainability in the agro-food system. *Italian Journal of Food Science*, 30(2), p.200-225.
- Ericksen, P. J., Ingram, J.S.I. & Liverman. (2009). Food security and global environmental change: emerging challenges. *Environmental Science & Policy* 12(4),

p.373-377.

Escudero, C. (2020). Identificação das organizações da sociedade civil (OSC) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um estudo a partir do Mapa das OSC. *Artigos GIFE*, 2(2), p.1-18.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura [FAO-Brasil]. (2015). *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil 2015*. Recuperado em 12 de setembro de 2022, em [https://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/FAO-countries/Brasil/docs/SOFI\\_Brasil\\_2015\\_final.pdf](https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/FAO-countries/Brasil/docs/SOFI_Brasil_2015_final.pdf)

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. (2021). The state of food security and nutrition in the world 2021. *Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. (2022). The state of food security and nutrition in the world 2022. *Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>

Fergus, A. H. T. & Rowney, J. I. A. (2005). Sustainable development: lost meaning and opportunity? *Journal of Business Ethics*, 60. p. 17-27.

Fuchs, C. (2017). Critical social theory and sustainable development: the role of class, capitalism and domination in a dialectical analysis of un/sustainability. *Sustainable Development*, 25(6), p.443-458.

Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO]. (2021). *The state of food and agriculture 2021*. In Moving forward on food loss and waste reduction. Recuperado em 11 de setembro de 2022, de <https://www.fao.org/publications/sofa/sofa-2021/en/>

FSIN. (2020). Global report on food crises. joint analysis for better decisions. Food Security Information Network. Recuperado de

Gil, J.D.B., Reidsma, P., Giller, K., Todman, L., Whitmore, A. & van Ittersum, M. (2019). Sustainable development goal 2: Improved targets and indicators for agriculture and food security. *Ambio* 48, p.685-698.

Granovetter, M. (1973), The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), p.1360-1380.

Gazley, Beth. (2008). Beyond the contract: the scope and nature of informal government – nonprofit partnerships. *Public Administration Review*, 68(1), p.141-154.

Groot, A., Dankbaar, B. (2014). Does Social Innovation Require Social Entrepreneurship? *Technology Innovation Management Review*, 4(12), p.17-26.

Grupo de Institutos Fundações e Empresas [GIFE]. (2021). *Censo GIFE 2020*. Recuperado em 12 de setembro de 2022, de <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>

Han, S. & Kang, M. (2021). Combinations of conditions for network effectiveness: a fuzzy-set qualitative comparative analysis of 37 international development intervention cases. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit*

*Organizations*, 32, p.731–749.

Hansen, E. G. & Große-Dunker, F. (2013). Sustainability-Oriented Innovation. In S. O. Idowu, N. Capaldi, L. Zu, & A. Das Gupta (Eds.), *Encyclopedia of Corporate Social Responsibility*. (v.1, p.2407–2417). Springer-Verlag.

Hege, E. & Demailly, D. (2018). NGO mobilisation around the SDGs. *SDGs. Studies IDDRI*, 01(18), p.1-18.

Henry, A. D., & Vollan, B. (2014). Networks and the Challenge of Sustainable Development. *Annual Review of Environment and Resources*, 39(1), p.583-610.

Hulgard, L. & Ferrarini, A. V. (2010). Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(3), p.256-293.

Jaskyte, K. (2011). Predictors of administrative and technological innovations in nonprofit organizations. *Public Administration Review*, 71, p.77-86.

Kates, R. W., Parris, T. M., & Leiserowitz, A. A. (2005). What is sustainable development? goals, indicators, values, and practice. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 47(3), p. 8-21.

*Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006* (2006). Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Recuperado em 12 de setembro de 2022, em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11346&ano=2006&ato=406MTTU5kMRpWT122>

Lopes, F. D. & Baldi, M. (2009). Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. *Revista de Administração Pública -RAP*, 43, p.1007-1035.

Marshall, J. D., & Toffel, M. W. (2005). Framing the elusive concept of sustainability: A sustainability hierarchy. *Environmental Science & Technology*, 39(3), p.673-682.

Mason-D’Croz, D.; Sulser, T. B.; Wiebe, K.; Rosegrant, M. W.; Lowder, S. K.; Nin-Pratt, A.; Willenbockel, D.; Robinson, S.; Zhu, T.; Cenacchi, N.; Dunston, S.; & Robertson, R.D. (2019). Agricultural investments and hunger in Africa modeling potential contributions to SDG2 – Zero Hunger. *World Development*, 116, p.38-53.

Morais-da-Silva, R.L., Segatto, A.P. & Bezerra-de-Sousa, I.G. (2020). Connecting Two Sides: A Qualitative Study on Social Innovation Ventures and Poor Communities in an Emerging Economy. *Voluntas*, 31, p.966–980.

Muck, L.; Souza, R. B.; & Silva A. L. (2012). Estudos organizacionais e desenvolvimento sustentável: em busca de uma coerência teórica e conceitual. *INTERAÇÕES*, 13(1), p. 105-120.

Nações Unidas. (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*. Recuperado em 12 de setembro de 2022, de <https://sdgs.un.org/2030agenda>

Nelson, E., Bangham, C., Modi, S., Liu, X., Codner, A., Hicks, J. M., & Greece, J. (2022).

- Understanding the impacts of COVID-19 on the determinants of food insecurity: A state-specific examination. *Preventive Medicine Reports*, 28, p.1-12.
- Nilsson, M., Griggs, D., & Visbeck, M. (2016). Map the interactions between sustainable development goals: present a simple way of rating relationships between the targets to highlight priorities for integrated policy. *Nature*, 534, p.320–323.
- Phills, JR., J. A.; Deiglmeier, K.; & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, p.34-43.
- Pinto, A.M.G. & Junqueira, L. A. P. (2009). Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública (RAP)*, 43(5), p.1091-1116.
- Pol, E. & Ville, S. (2009). Social innovation: buzz word or enduring term?. *The Journal of Socio-Economics*, 38(6), p.878-885.
- Quandt, C. O. (2012). Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local. *Revista de Administração e Inovação*, 9(1), p.141-166.
- Sanzo-Pérez, M. J. & Álvarez-González, L. I. (2022). Partnerships between Spanish social enterprises and nonprofits: A rich hybridity-based setting for social innovation, *Technovation*, 110, p.1-14.
- Schneider, F. (2013). The evolution of food donation with respect to waste prevention. *Waste Management*, 33(3), p.755–763.
- Schumpeter, J. A. (1912). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Ed. Abril, Col. Os Economistas, 1985.
- Segato, F. & Raab, J. (2019). Mandated network formation. *International Journal of Public Sector Management*, 32(2), p.191-206.
- Silva, P. M.; Agostini, M. R.; & Langoski, M. L. (2015). Redes de cooperação e sustentabilidade: estudo de caso de uma rede hoteleira. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 8(8), p.9-23.
- Smith, A., Voß, J., & Grin, J. (2010). Innovation studies and sustainability transitions: The allure of the multi-level perspective and its challenges. *Research Policy*, 39(4), p.435-448.
- Taylor, M. & Doerfel, M. L. (2011). Evolving network roles in international aid efforts: evidence from croatia's post war transition. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 22(2), p.311–34.
- Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(3), p.569-583.
- World commission on environment and development [WCED]. (1987). The brundtland report: “our common future.” *Medicine and War*, 4(1), p.17–25.
- Uster, A., Beeri, I., & Vashdi, D. (2019). Don't push too hard. Examining the managerial behaviours of local authorities in collaborative networks with nonprofit organisations. *Local Government Studies*, 45(1), 124–145.